

## Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2007

### Em 2007, 39 municípios superavam o poder de compra per capita médio nacional

Em 2007, dos 308 municípios portugueses, 39 superavam o poder de compra *per capita* médio nacional. Os resultados permitem destacar os valores mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios correspondentes a capitais de distrito. A análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente.

O Instituto Nacional de Estatística apresenta a oitava edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC 2007). O EPCC pretende caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, na acepção lata de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial, permitindo atenuar as lacunas de informação decorrentes da não aplicabilidade da contabilidade regional à escala municipal. Contudo, os indicadores produzidos no âmbito do EPCC não devem ser confundidos com qualquer uma das variáveis a que corresponda, na tradição da teoria económica ou da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado.

Nesta edição, foram retidas 17 variáveis, maioritariamente reportadas ao ano de 2007, e são disponibilizados três indicadores – Indicador per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Factor Dinamismo Relativo. Assinale-se, ainda, que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços regionais considerados.

A publicação é acompanhada por um CD-Rom que, para além de integrar os elementos que constam da versão impressa, contém uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador.

#### Indicador per Capita

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra corresponde ao factor com maior poder explicativo extraído da análise factorial, explicando, após rotação, 53,0% da variância total das variáveis de base. Pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional.

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2007

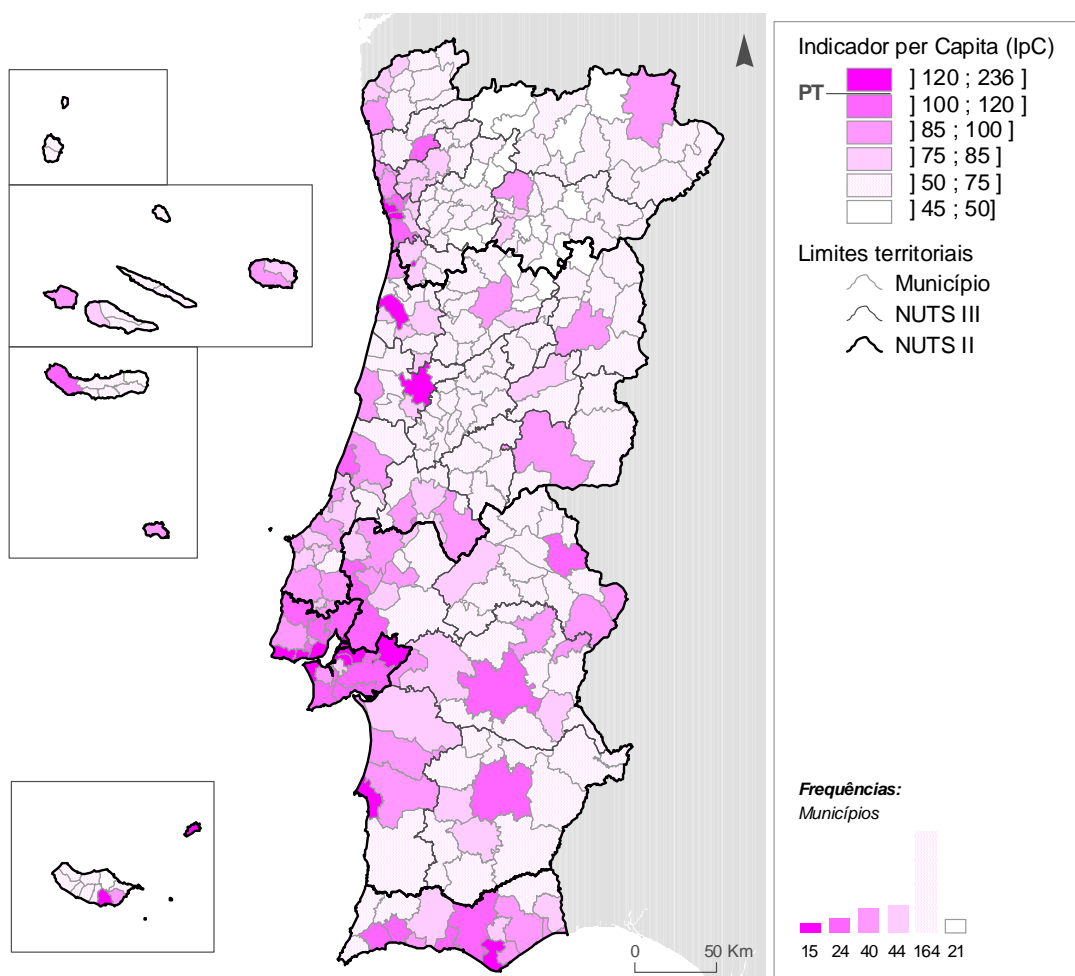
1/8

 **recenseamento** Novembro 2009 a Maio 2010,  
**Agrícola 2009**

O INE realiza o Recenseamento Agrícola junto de todos os agricultores portugueses, com o objectivo de caracterizar as explorações agrícolas, a mão-de-obra e os sistemas de produção agrícola, bem como as medidas de protecção e melhoria do ambiente e da biodiversidade. A discussão da nova PAC em 2010 beneficiará dos resultados do RA 09.

A leitura regional dos resultados do IpC para 2007 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia para o Continente 100,5 e para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira era, respectivamente, de 83,6 e 95,5. A região de Lisboa e do Algarve destacavam-se por serem as únicas regiões NUTS II portuguesas a superar o poder de compra *per capita* médio nacional: Lisboa registava mais 36,9 pontos do que a média nacional enquanto o Algarve superava aquele referencial em 3,6 pontos. As três restantes regiões continentais – Norte, Centro e Alentejo – registavam índices de poder de compra *per capita* aquém da média nacional e relativamente próximos: 87,3 para a região Alentejo, 86,2 para a região Norte e 83,8 para a região Centro.

Figura 1. Indicador per Capita por município, 2007



Em 2007, dos 308 municípios portugueses, 39 superavam o poder de compra *per capita* médio nacional. A Figura 1 permite destacar os valores de IpC mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto, embora envolvendo um número mais significativo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Com efeito, o município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (235,7), mais do que duplicando o índice nacional, mas, nas 15 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 120, encontravam-se mais cinco

municípios da área metropolitana de Lisboa: Oeiras (173,0), Cascais (155,7), Alcochete (144,8), Montijo (137,6) e Almada (121,4). No território metropolitano de Porto, destacavam-se os municípios do Porto (170,5), de São João da Madeira (131,7) e de Matosinhos (127,9).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam, em 2007, um poder de compra *per capita* superior à média nacional, destacando-se Faro (141,6), Coimbra (139,1) e Aveiro (134,0). Mereciam, ainda, destaque o Porto Santo (139,9) e o Funchal (135,4), na Região Autónoma da Madeira, e Sines (127,6), no Alentejo Litoral.

Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente.

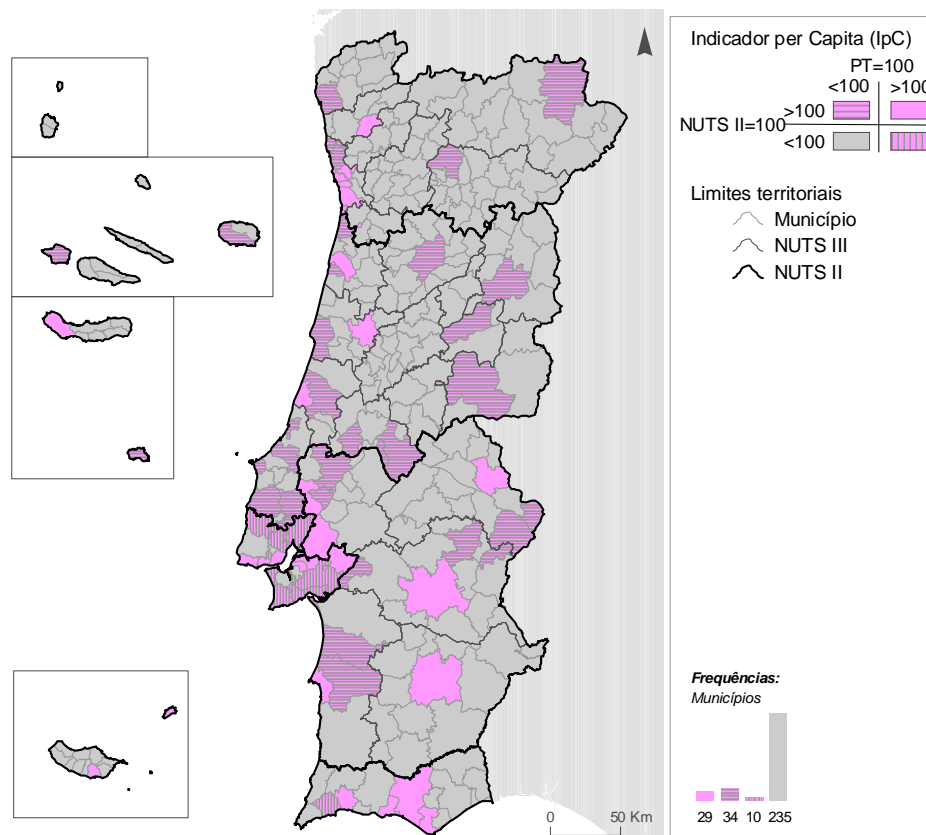
Com um poder de compra *per capita* manifestado inferior a 50% da média nacional em 2007, existiam 21 municípios. Destes, 15 pertenciam ao Interior da região Norte, distribuídos pelas sub-regiões Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, e quatro ao Interior da região Centro (mais concretamente, à Beira Interior Norte e ao Dão-Lafões).

A Figura 2 permite analisar o IpC observado nos municípios face ao contexto nacional mas também face ao respectivo contexto regional. O valor acrescentado desta leitura traduz-se na possibilidade de avaliar melhor a coesão intra-regional e, simultaneamente, identificar os municípios que se evidenciavam no respectivo contexto regional.

Nesta perspectiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma:

- 29 municípios superavam, simultaneamente, o poder de compra médio nacional e regional observados em 2007 – eram sobretudo municípios que integram as duas áreas metropolitanas e cidades de média dimensão, maioritariamente coincidentes com capitais de distrito (Braga, Aveiro, Coimbra, Portalegre, Évora, Beja e Faro);
- em 34 municípios, o poder de compra *per capita* manifestado em 2007 ficava aquém da média nacional mas acima da média regional – correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro, mas também da Região Autónoma dos Açores. Naturalmente, neste conjunto não figurava nenhum município das regiões de Lisboa e do Algarve, uma vez que, nestes casos, a média regional superava a média nacional;
- mais de três quartos dos municípios do país (235) evidenciavam um poder de compra *per capita* simultaneamente aquém da média nacional e da média regional;

Figura 2. Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II, 2007



- por último, importa sublinhar a situação de 10 municípios que, embora superassem o poder de compra médio nacional, ficavam aquém do respectivo valor regional: eram, naturalmente, apenas municípios das regiões de Lisboa (Loures, Mafra, Vila Franca de Xira e Amadora, na Grande Lisboa, e Almada, Barreiro, Palmela, Sesimbra e Setúbal, na Península de Setúbal) e do Algarve (Lagos).

### Percentagem de Poder de Compra

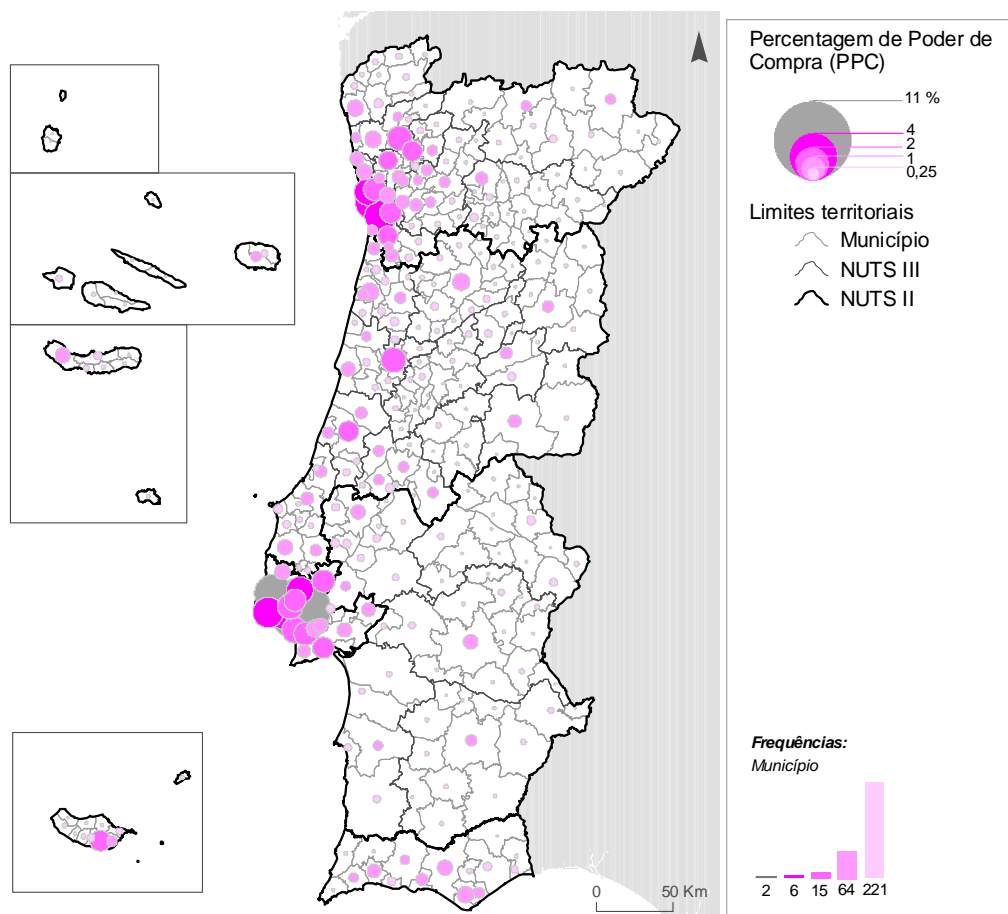
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do primeiro factor com maior poder explicativo extraído da análise factorial - o Indicador per Capita (IpC) - e reflecte o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país (que assume o valor de 100%).

A ideia subjacente a este indicador é a de observar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em suma, o indicador PPC não resulta directamente da análise factorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional. Enquanto indicador derivado do IpC, a PPC resulta da mesma matriz de 17 variáveis de base maioritariamente reportadas ao ano de 2007.

A observação da estrutura regional da PPC em 2007 revela que dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país se concentravam nas regiões NUTS II de Lisboa e do Norte. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representavam cerca de metade do poder de compra manifestado no território nacional.

A representação cartográfica deste indicador permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Com efeito, as seis sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior da região Centro: Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

**Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município, 2007**



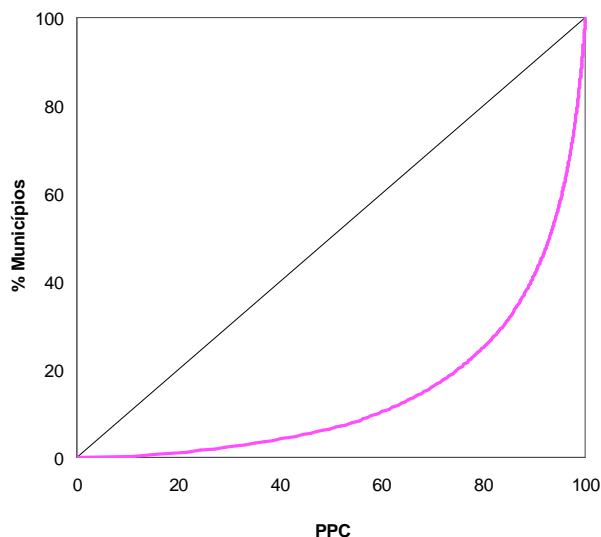
Ao nível municipal, a importância do município de Lisboa destacava-se de forma clara no contexto nacional ao representar 11% do poder de compra total. Em 2007, outros 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa

(Sintra, que é o segundo município a concentrar mais poder de compra, com 4%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como municípios capitais de distrito (Coimbra, Braga e Leiria). Os municípios do Funchal, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão ainda integravam este conjunto [Figura 3].

Com os menores contributos, encontravam-se municípios da Região Autónoma dos Açores – o Corvo e as Lajes das Flores –, concentrando individualmente menos de 0,01% do poder de compra nacional.

A Figura 4 reflecte a concentração do poder de compra entre os 308 municípios portugueses, permitindo constatar que, em 2007, 21 municípios (6,8% do total de municípios) concentravam metade do poder de compra nacional e que 62 municípios (cerca de 20% do total) concentravam 75% do poder de compra. Estes resultados confirmam a leitura de que o poder de compra se encontra significativamente associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

**Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2007**



### Factor Dinamismo Relativo

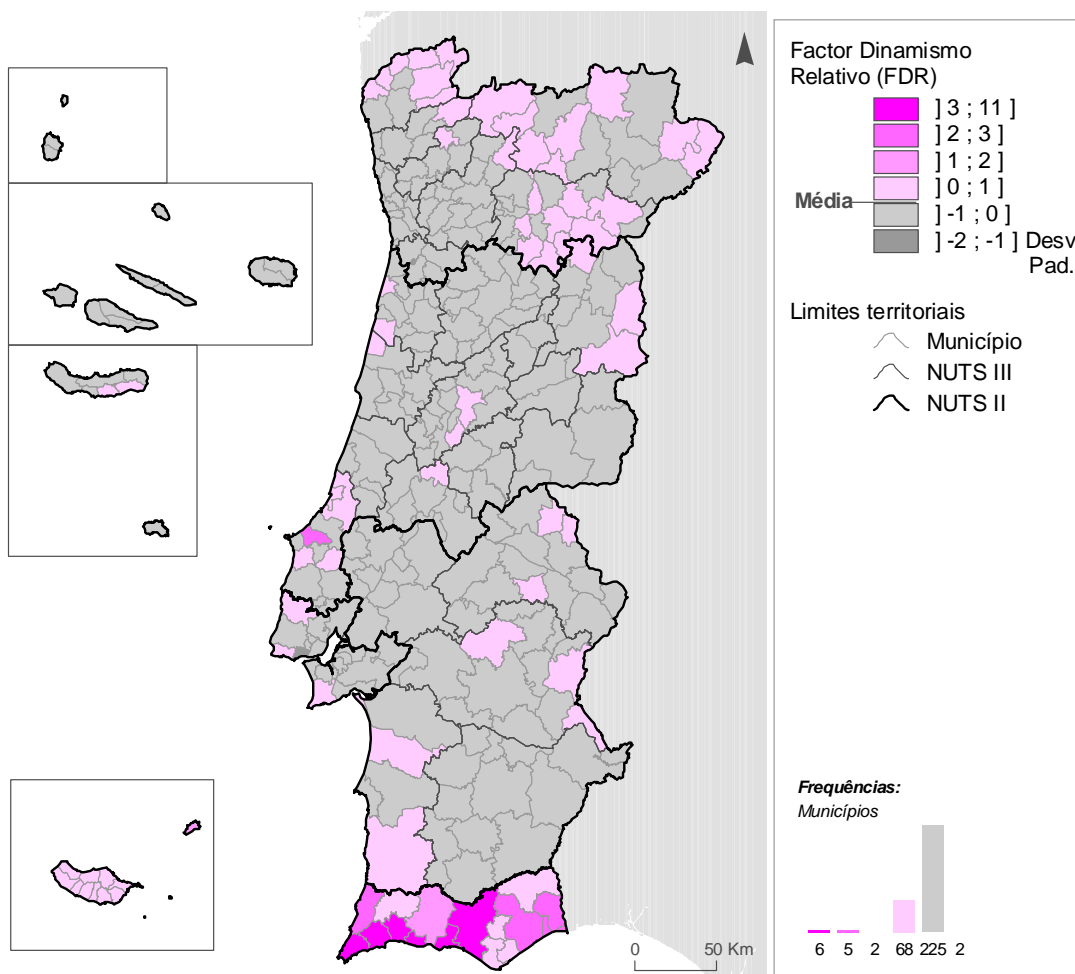
O Factor Dinamismo Relativo (FDR) corresponde ao segundo factor com maior poder explicativo extraído da análise factorial, explicando, após rotação, 26,7% da variância total das variáveis de base. O FDR pretende reflectir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela actividade turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial que subsiste na informação de base, para além da reflectida no primeiro factor com maior poder explicativo extraído da análise factorial – o Indicador per Capita do poder de compra. Importa, assim, sublinhar que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não significa que a actividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular.

O objectivo essencial da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois factores devem captar influências distintas entre si, sendo desejável manter a ortogonalidade entre eles.

O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adoptando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respectiva distribuição municipal.

A análise por município confirma, tal como nas edições anteriores do estudo, a relevância do Algarve.

Figura 5. Factor Dinamismo Relativo por município, 2007



De facto, em 2007, dos 13 municípios com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 11 situavam-se naquela região: Albufeira, Loulé, Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Portimão, Vila Real de Santo António, Tavira, Castro Marim, Aljezur e Silves [Figura 5]. De entre estes municípios, Albufeira destacava-se claramente, apresentando um FDR de 10,70. Óbidos (2,53), na sub-região Oeste, que ocupava a oitava posição na hierarquia, e o Porto Santo (1,36), na Região Autónoma da Madeira, fechavam o conjunto dos 13 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2007.

Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de nove municípios – mais três do Algarve (Monchique, Faro e São Brás de Alportel), um do Oeste (Nazaré), quatro da Região Autónoma da Madeira (Porto Moniz, Funchal, Santa Cruz e Calheta) e um município da sub-região Minho-Lima – Caminha (0,50) - com o valor mais elevado em termos de FDR na região Norte.

No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2007, encontravam-se sobretudo grandes centros urbanos como os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras, Lisboa, Barreiro e Amadora, por exemplo) e Porto (São João da Madeira, Porto e Matosinhos) e capitais de distrito como Coimbra, Beja, Braga e Aveiro e ainda o Entroncamento, Angra do Heroísmo e Campo Maior.

Neste contexto, importa sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2007, merecendo, mais uma vez, destaque os municípios do Algarve, sobretudo Faro, Albufeira e Portimão, mas também Porto Santo e Funchal, na Região Autónoma da Madeira.